
Educomunicação: entre atos¹

Adilson CITELLI²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

A partir de pesquisa cuja recolha de dados ocorreu até 2019, voltada a identificar questões tangentes à presença dos *media* em escolas do ensino básico, retiramos algumas categorias que foram sistematizadas e a serem expostas nas páginas seguintes. Nomeadamente fixamos o conceito de interface enquanto núcleo para o qual convergem e do qual se expandem fatores cuja consideração é necessária para avançar no estudo e investigação referente ao âmbito educacional. O que se lerá, em síntese, é a exposição e problematização de vetores estruturais, culturais e mesmo de ensinoaprendizagem, reconhecidos como de permanência e atração nos vínculos entre comunicação e educação.

Palavras-chave

Comunicação; Educação; Educomunicação; Interfaces.

Introdução

A tradição dos oprimidos nos ensina que o "estado de exceção"
em que vivemos é na verdade a regra geral. Walter Benjamin

A pergunta que se impõe nesta quadra histórica é como escrever artigo acadêmico lançando esgares à regra geral do permanente estado de exceção. À maneira do anjo pintado por Paul Klee, no quadro *Angelus Novus*, conforme entendimento de Walter Benjamin, o que se esclarece são os escombros, a ruína, o féretro repetido mais de um milhão de vezes nas várias partes do mundo. E há os nossos próprios doentes e mortos, assim como as vítimas colaterais abandonadas à margem, haja vista que a sociedade desigualitária resolveu entregar a compaixão e o sentimento mais

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação do XXXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Salvador. BA. 2020. Apoiado pelo CNPq

² Professor titular do Departamento de Comunicações e Artes. ECA-USP. citelli@uol.com.br.

elementar de solidariedade e de justiça ao movimento nervoso dos operadores de mercado presos ao cristal líquido das telas, aos profetas de espírito contabilista, aos ecocidas ambientais, aos populistas acalentadores de milícias e projetos econômicos que não se envergonham de punir os já punidos e prognosticar um futuro venturoso cujo passado construído ao som das trombetas apocalípticas teima em se avolumar. E no meio da devastação surge um enigma exposto na locução “novo normal”; resta indagar em que momento o estado de exceção foi suspenso neste *vale onde soam os lamentos e impera o grande frio*, conforme passagem de Bertold Brecht na *Ópera os três vintes*, em apropriação livre e adaptada às circunstâncias.

O fato é que as afirmativas postas neste artigo irão se alinhar sob o signo da precariedade e o sintagma “em tempos de pandemia”, cujo uso reiterado não consegue esconder a sua perda de significado, passa a representar um arranjo de linguagem que localiza no imponderável a força redentora de alguma esperança vinda do paraíso. Caso pudesse ter lido tal estereótipo, o anjo de Paul Klee manifestaria inúmeras dúvidas, pois se a doença e o seu tempo podem estar demarcados pela função redentora de alguma vacina, o cortejo das iniquidades é a única certeza de permanência, a menos que as trombetas da boa anunciação consigam escrever uma história escovada a contrapelo (BENJAMIN, 1987).

No momento em que nos encontramos fomos requisitados a acertar o rumo do astrolábio (já que existe um namoro com a regressão ao medievo, não cabe avocar, sequer, a bússola) com o navio em movimento, sobre águas tempestuosas, sem poder reconhecer a posição das estrelas. E não foi por falta de aviso, pois tivemos, no Brasil, particularmente no caso da infestação pelo coronavírus, em torno de quatro meses para tomar alguma providência. Desde que o SARS-CoV-2 migrou do pangolim ou de morcegos – há dúvidas sobre o assunto, malgrado as indicações sinalizarem para o Chiroptera – para algum infausto asiático, e daí até o sexagenário que o trouxe da Itália para São Paulo, não faltaram avisos de que o bicho estava chegando.

Ocorre que o Presidente da República Federativa do Brasil resolveu fazer blague com o assunto, comparando o surto da Covid-19 a um simples resfriado ou gripezinha, informando que de uma ou outra maneira todo mundo morre, entendendo residir no distanciamento social/quarentena (o fecha geral, na expressão do alto dignitário) coisa de fraco, receitando o uso de cloroquina e da hidroxicloroquina, medicamentos

utilizados, sob controle médico, no combate à malária, ao lúpus, artrite, algumas formas de porfiria, mas sem indicação específica no caso do Corona.

Furtemo-nos a alongar a lista com os espectros da tragédia sanitária. É preciso acrescentar, porém que os males de nossa ruína se expandem por outros territórios, sobretudo aqueles da cultura e da educação, diretamente vinculados ao assunto deste artigo. No primeiro caso, o vetor ideológico a compor o roteiro doutrinário do governo federal em curso foi guerrear contra um fantasmático marxismo cultural, combate cujo mister seria o de apagar temas que estariam assombrando o nosso país desde a redemocratização – daí ser preciso colocar freios à arte, à pretensa imoralidade reinante nos filmes e programas de televisão, assim como destacar a presença dos assuntos religiosos, dos símbolos patrióticos, da família tradicional, e *tutti quanti*. No segundo, o projeto desconstrucionista avançou sobre a educação. O que se vem assistindo, nos nexos com as áreas de ciência, tecnologia e inovações, é um desfile de absurdos, cujo tamanho vem causando pasmo e sendo reportada quase diariamente pela imprensa. Projetos inexistentes, paralisados ou desfigurados; corte de verbas; desqualificação de professores e professoras; atenção para temas comprometidos ideologicamente, mas sem interesse no âmbito da pesquisa, das relações didáticas e pedagógicas, formam o percurso da nau a pique com a qual submerge a educação brasileira.

Somadas as duas circunstâncias patogênicas, a do coronavírus, que parece haver entrado em modo de naturalização (é a banalidade do mal, para se ajustar aproximadamente o conceito formulado por Hannah Arendt), e o da necropolítica (MBEMBE, 2018) ecoando na fragilização democrática do país, resta compreensível a expressão fixada no rosto do anjo de Paul Klee: afinal o que não nos falta são “mortos faladores e nostalgias de bailado” (DRUMMOND DE ANDRADE, 2012). O instante de perigo em cena é o da normalização de uma história, aquela na qual o apresentado como acontecimento vai se tornando informação – e mesmo assim nem sempre relevante, muitas vezes danosa, pronta para transformar o falso em verdadeiro. É o que nos leva a entender melhor a assertiva, em adaptação livre, feita pelo professor Mattos, personagem do último romance de Cristovão Tezza, *A tensão superficial do tempo* (2020): *o Brasil atravessa período no qual a burrice tornou-se ostensiva e orgulhosa*. O jogo de sentidos e as inversões valorativas fixam um estado de coisas de difícil negação.

Neste quadro, ocorreu a redação final da pesquisa referida no resumo acima³, o que nos levou a reforçar convicção segundo a qual trabalhar na interface comunicação e educação solicita redobrar atenção para fatores amplos ensejadores das dinâmicas sociais. Daí havermos elencado variáveis envolvendo questões conceituais, operacionais e de nexos educacionais, sumariadas em quatro pontos: interfaces; desdobramentos estruturais; intercorrências culturais e dimensões do aprender.

Interfaces

A premissa orientadora da nossa visagem acerca dos nexos comunicação e educação está assentada no pressuposto de que as duas áreas possuem suas próprias interrogantes, metodologias, problemas de pesquisa, áreas de intervenção social, mecanismos de acionamento, para alinharmos algumas linhas de força. Este aparato ganha tradução em dispositivos e linguagens de que servem como exemplos as salas de aulas, as páginas das revistas e jornais, os produtos televisivos, as telas do computador, as redes sociais. Daí a larga tradição nas quais estão lastreadas, reunindo miríades de estudos acadêmicos, experiências, práticas, versando, de um lado, sobre temas pedagógicos, estratégias de ensino-aprendizagem, história do campo, e, de outro, envolvendo a imprensa, inovações formais da televisão, poder midiático, alcances comunicacionais da digitalização. Sinteticamente: esclarecem-se ramos do conhecimento que destacam as suas particularidades e singularidades, a despeito de manifestarem os inescapáveis vínculos entre eles, ou, se quisermos, retroalimentando-se de instigações fertilizadoras comuns.

Trata-se, agora, contudo, de aduzir um terceiro elemento no interior do qual seja possível visualizar o constituinte propriamente educacional. A preocupação de

³ Sob o título *Inter-relações Comunicação e Educação no contexto do ensino básico*, a investigação foi apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E realizada no âmbito do Grupo de Pesquisa Mediações Educativas (MECOM), por mim coordenado e composto pelos seguintes pesquisadores associados: Dra. Ana Luisa Zaniboni Gomes, Ms. Douglas Calixto, Dra. Edilane Carvalho Teles, Dra. Eliana Nagamini, Dra. Elisângela Rodrigues da Costa, Ms. Gláucia Silva Bierwagen, Dra. Helena Corazza, Dra. Maria do Carmo Souza de Almeida, Ms. Michel Carvalho da Silva, Dr. Rogério Pelizzari de Andrade, Dra. Sandra Pereira Falcão, Ms. Suéller Costa, Ms. Wellington Nardes, Mestranda: Roberta Takahashi Soledade e Tatiana Garcia Luz de Carvalho. Iniciação científica: Rafaela Treib Taborda. Em vias de publicação como relatório eletrônico. Para consulta imediata, ver os *Anais* do XXXXI e XXXXII Congresso da Intercom, com textos dos vários pesquisadores acima anunciados.

esclarecer os liames deste eventual novo campo⁴ de reflexão, pesquisa e intervenção social advém, sobretudo, das mudanças que marcaram as relações e os instrumentos de produção, assim como as demais relações sociais nas últimas décadas do século XX e de crescente presença em nossa centúria. A maneira de nomear esse âmbito pode variar, conquanto guardem diferenças internas, de que seguem alguns exemplos: Educomunicação, *Literacias*, *Media Education*.

É preciso atentar, porém, que a despeito dos designadores, estamos falando da existência de “zonas de interface”, que nos possibilitam identificar quais são os “ganchos de amarração” a presidirem os nexos entre comunicação e educação. A tendência redutora é crer que a dita “área semântica” pode ser suprida, direta ou quase exclusivamente, por fontes técnico-comunicacionais, entendimento provável resultante do lugar destacado que os dispositivos ocupam em nossa quadra histórica. Aduza-se que as pesquisas referentes aos liames comunicação e educação mostram de forma continuada o crescimento da presença e importância dos dispositivos, em boa medida digitais, sobretudo dos celulares, nas salas de aula – independentemente de estarem ou não sendo vinculados a atividades didáticas. A pesquisa a que fizemos referência, realizada no âmbito do MECOM, cujo propósito central foi o de investigar hábitos de mídia por docentes e discentes em unidades de ensino básico brasileiro, envolvendo quinhentos e nove professores e professoras e três mil setecentos e oito alunos e alunas, comprova a afirmativa posta acima consoante ao aumento no volume e no significado dos recursos da comunicação no circuito educativo formal, medida assentada na comparação feita a partir de investigações que realizamos em período anterior (2013-2016).

Ademais, a profusão e miniaturização dos equipamentos digitais, ao trazerem consigo a percepção do tempo socialmente acelerado (CITELLI, 2017), da imaterialidade, do estreitamento espacial, evidenciam a abrangência maquínica, levando ao equívoco de que nas “zonas de interface” prosperam, apenas, aparelhos de televisão e rádio, powerpoint, celular, computador, etc. Partimos de outro pressuposto, o de que é

⁴ O conceito de campo está sendo acionado no sentido exposto por Pierre Bourdieu, haja vista dizer respeito, também, a dimensões de afirmação política e disputas de poder no terreno intelectual e dos embates acadêmicos. Como sabemos, as escolhas retóricas e a formulação de “novos verbetes de dicionários” podem fazer parte do jogo mais amplo voltado a afirmar regiões de domínio, prestígio, reconhecimento, distinção, todos eles fatores simbólicos e de representação que circundam os percursos universitários.

reduzidor associar de modo imediato e mecânico a tópica das técnicas e dos equipamentos – tentação sempre presente quando se fala de mídia-escola, tecnologias da educação, *media literacy*, modernização da sala de aula –, àquilo voltado a fertilizar a área de confluência entre comunicação e educação.

É necessário tratar a “zona de interface” segundo pelo menos três outros itens – passíveis de abordagem nos limites deste texto – que confluem nos delineamentos dos vínculos comunicativo-educativos, possibilitando a eventual inclusão de “novo verbete de dicionário”, a exemplo de Educomunicação.

Desdobramentos estruturais

O desenvolvimento do capital vem sendo acompanhado de mudanças substantivas em suas dinâmicas econômicas (difusão dos modelos “thatcheristas”), tecnológicas (centralidade da telemática), de organização do estado (privatizações), trabalhistas (desregulamentação), políticas (crescimento do populismo, do iliberalismo, fragilização da democracia). As mutações tecnocientíficas ganharam profundidade e extensão, trazendo consigo aumento na velocidade e espalhando o uso de equipamentos e recursos distintos que incluem computadores, smartphones, internet. O velho capitalismo mecânico-industrial passa por crescentes níveis de fragilização, sendo gestado em seu lugar novos conceitos, práticas e mesmo uma nomenclatura própria: capitalismo de ados, de atenção, digital. Pairando sobre o conjunto estão a inteligência artificial, os algoritmos, as grandes bases de dados. Os operadores decisivos do sistema, há poucos anos companhias automobilísticas, de aviação, farmacêuticas, tiveram que dividir os seus reinados, quando não os perderam para outros senhores mais jovens que atendem pelos nomes de Alphabet (controladora do Google), Microsoft, Facebook, Apple, Verizon, Tencent (entre outras coisas, o maior portal de serviços da internet da China), etc.

Na outra ponta deste movimento, mas a ele diretamente conectado, emerge a capacidade do capital em produzir uma sociedade desigualitária (PIKETTY, 2020), conquanto a utilização de retórica que confere à concorrência, ao espírito empreendedor, à liberdade econômica à desregulamentação e à miniaturização do estado a possibilidade de construir o paraíso na terra.

Neste contexto, os modos de funcionamento da comunicação como os da educação passam por mudanças, certamente em níveis, graus e alcances diferentes. Apenas para esclarecer alguns pontos da assertiva geral: os sistemas e processos comunicacionais, ao mesmo andamento em que jogam papel importante na definição das linhas de força dos novos modos de organização do capital, são impelidos a rever constantemente a infraestrutura tecnológica dos seus negócios, efetivando os consequentes arranjos no terreno da linguagem e dos padrões estéticos. Daí, por exemplo, as mudanças que veem ocorrendo com os jornais impressos, assistindo crescente deslocamento dos leitores para as bases digitais. Tal migração traz consigo uma série de resultantes, seja no tangente à necessidade de investimentos continuados em tecnologia da informação seja nos hábitos do público – agora afeito a operar telas, ativar os movimentos hápticos, buscar notícias em ritmo de fragmentação e celeridade.

A educação, por sua vez, tem duplo problema a resolver. De um lado, não pode agir como simples peça para ajustar os sujeitos ao referido desdobramento estrutural (o que não significa dizer que tal negativa venha ocorrendo) e, de outro, sofre as resultantes de um desencontro entre a aceleração tecnológica e as estratégias didáticas e pedagógicas exercitadas nas escolas, ainda fortemente propedêuticas e verbalistas (tema cuja complexidade requisita ampliação noutro momento).

Verificamos, porém, ao associarmos as referidas mudanças estruturais que alinham a sociedade coeva aos procedimentos da comunicação e da educação, o afloramento de área capaz de contribuir na produção de um tipo de conhecimento gestado na “zona de interface” e a se voltar de modo mais decisivo para o trabalho nos diversos ambientes educativos: formais, informais e não formais. Certamente os problemas suscitados na interface possuem inúmeras implicações, das quais destacamos duas a título de ilustração: a) as perspectivas acerca da comunicação e educação nem sempre são afinadas em propósitos e objetivos. Certos segmentos da comunicação revelam pouco ou nenhuma divergência com a defesa do, chamemos assim, núcleo duro que ordena o capital, resultando de forma dominante em visão de ajustamento – malgrado empresas de jornalismo, televisão, plataformas digitais possam entrar em liça momentânea com políticas governamentais, partidos, grupos de pressão, etc.); b) a educação, pelo menos como a pensamos, deve ter compromisso emancipador, havendo que fugir das solicitações reguladoras, ora proclamadas pelo mercado e mesmo pelo

Ministério da Educação – neste caso, basta acompanhar as declarações dos ministros que assumiram o cargo; quatro em dois anos, sendo que um deles experimentou a glória por apenas cinco dias. Ademais, há um desafio a ser enfrentado pela escola concernente às sociotécnicas, centrais nos processos de comunicação, e de larga presença na vida cotidiana, mas pouco incorporada sob a perspectiva cultural na educação processada em sala de aula.

O ponto que cabe destacar neste passo, retomando observações acima, diz respeito ao fato de a interface comunicação e educação estar à vista de todos. O que nos parece requisitar consideração é a necessidade de um lugar de trabalho dedicado à visagem mais especiosa do problema, eventualmente, a ser tratado no âmbito da Educomunicação.

Intercorrências culturais

Tratamos de pensar a questão da interface, segundo vem sendo assinalado, como lugar para onde convergem linha de força e entre as quais apresenta-se a cultura. O vigor estratégico da comunicação e das sociotécnicas, por vias muitas vezes próprias, estão ajudando a reorientar percepções, compreensões, atitudes e práticas dos sujeitos, ganhando extensão no plano das afetividades, comportamentos e sociabilidades, para situarmos indicadores a serem facilmente deduzidos e completados.

A vivência com as “máquinas de contato” (ou dispositivos comunicacionais), em sua pluralidade de telas e suportes, não apenas implica no domínio físico de tais objetos, mas de reconhecer que com eles circulam marcas culturais, aquelas formas representacionais e simbólicas substanciadas em linguagens a manifestarem determinados entendimentos acerca da ordem do mundo. Essa teia de reorientações e ressignificações que atravessa o terreno da cultura e das suas óbvias interfaces com a vida associativa é transitada através dos mediadores tecno-comunicacionais.

A velocidade das operações hápticas realizadas, em boa medida, no plano mais ou menos livre permitido pelos tablets ou smartphones conectados à internet, gera a atitude ansiosa de saltar entre likes, disparos, toques, sem que exista necessária relação entre eles. A procura, muitas vezes chamada de pesquisa, dilui um certo procedimento que acompanhava a lógica formal, em sua disposição de começo, meio e fim, tudo

devidamente apoiado em provas e argumentos. Evidencia-se na utilização intensiva das “máquinas de contato” o andamento agitado que antevê no processo de desaceleração não apenas perda de tempo, mas comprometimento “metodológico” em se obter mais com menos – acúmulo de informação em período curto de minutos. E, aparentemente, pouco resta a fazer quanto a isto porque faz parte das estratégias acumulativas de valor econômico, sobretudo daquelas empresas de comunicação digital (para alguns de natureza diretamente publicitária), a exemplo do WhatsApp, Facebook e Instagram, monetizar cliques, faturar com os tais toques após toques, transformando a ansiedade dos usuários em pagamento de bônus aos acionistas. Esses dispositivos voltados à “cultura da atenção” não aceitam arreglos, haja vista almejarem, apenas, planos de domínio.

O problema é que tal ambiência de transações culturais está posta no mundo da escola. Independentemente de as salas de aula possuírem televisores, internet, computadores, algum projeto para uso do celular como apoio didático. Docentes e discentes transitam da parte interna para a externa das unidades educativas, movimento no qual toda sorte de mensagens e acionamentos de dispositivos ocorrem. A pergunta a ser feita não é se já existe uma cultura da mídia em circulação, com os seus evidentes nexos e retroalimentações junto ao público, mas qual a natureza dela, como tratá-la, desvendá-la, torná-la aliada nos processos educativos voltados ao esclarecimento e à desreificação. Prosseguindo em nossa linha argumentativa: posicionar a interface comunicativa-educativa enquanto assunto a ser trabalhado tendo em vista, por exemplo, as salas de aula significa não apenas identificar os vetores culturais que circulam pelos aparatos sociotécnicos, mas fazê-lo objetivando a estabelecer diálogos virtuosos com os discursos institucionais escolares.

Dimensões do aprender

A questão concernente à interface da qual estamos tratando, carrega consigo, neste tópico, três termos pressupostos: saber/conhecer, informação (cuja qualidade, procedência, validade é assunto inescapável) e meios (basicamente os dispositivos). No primeiro caso, subsistem as perguntas clássicas: o que é o saber/conhecer? Ou ainda, saber/conhecer para quê e para quem? O mesmo conjunto de perguntas ou algo próximo

delas, pode ser estendido à informação e aos meios. Tais indagações se tornam centrais quando trazemos os “ganchos de amarração” da interface para dentro das salas de aula.

E cabe lembrar que a comunicação, ao menos em seu plano mais geral e de dominância nos media, tende a operar a partir do eixo da informação, ou de um conhecimento demais diluído. Assim, o projeto confluyente à educomunicação, precisa promover exercícios sucessivos que montem e remontem a informação regulada no jornal, rádio, televisão, sites noticiosos, submetendo-a aos processos de desinterdição que a força educadora emancipatória pode ativar. Em uma palavra, falamos de perscrutar os variados planos dos sentidos e definir estratégias para apreendê-los, pensando-os enquanto fenômenos desenvolvidos a partir de certos lugares de produção social, ideológicos, e substanciados em estruturas discursivas. (MAINGUENEAU, 1998; CHARAUDEAU, 2006).

Tal ambiência que situa os processos formais de ensino-aprendizagem frente a uma nova realidade, passível de identificação nas “zonas de interface”, convida a especializar o trabalho levado a termo na sala de aula, considerando de modo analíticocrítico as referidas culturas midiáticas, seus dispositivos e linguagens.

Aliás, a pandemia em presença vem forçando a se lançar mãos de recursos que antes pareciam pertencer, ao menos do ponto de vista institucional e em dimensão mais ampla, ao mundo fora dos muros escolares. O ensino remoto e à distância, as formas híbridas, estão calcados em aparatos que utilizados para outras finalidades pelos discentes e docentes, agora passam a fazer parte do cotidiano pedagógico. Sem querer adiantar o debate acerca da pós-pandemia e se haverá mudanças substanciais na forma-aula/presencial, o fato é que smartphones e computadores – para ficarmos em dois exemplos – ganharão abrangência no ensino formal.

Tudo isto nos leva ao ponto de mobilizar os sentidos e as estratégias do aprender quando nos ocupamos em pensar os vínculos comunicação e educação, inclusive no referido empenho analítico-crítica para tratar do tema dos media na sala de aula. Entendemos que a educomunicação possa trazer importante contributo no tratamento da cultura digital e no debate sobre as sociotécnicas na escola, entre os/as docentes e discentes. Aliás, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) já lança alguma luz sobre o problema ao lembrar que dentre as competências e habilidades a serem desenvolvidas junto aos alunos e alunas está o de apreender o lugar e o papel da comunicação (lá

traduzida sob o enunciado de cultura digital), e do pensamento crítico e científico – não deixa de recender ironia um documento oficial do MEC desdizer as atuais políticas do governo federal ocupado em lançar loas ao negacionismo e ao desfibramento da pesquisa.

Enfim

Neste artigo buscou-se destacar alguns aspectos confluentes no debate para se pensar de modo ampliado a interface comunicativo-educativa. Vivemos uma quadra histórica de alta complexidade – acentuada pela pandemia e, no caso brasileiro, por uma necropolítica de voltagem extremamente desagregadora – no interior da qual as sociotécnicas jogam papel relevante nas maneiras de os sujeitos serem e existirem. As tensões deste movimento acabam, por diversas razões, nas salas de aula, que enfrentam o “instante de perigo” representado pela fricção entre as culturas analógicas e digitais, e que tende a promover uma polêmica fora do lugar envolvendo de um lado as armadilhas tecnocêntricas e de outro as evasões tecnofóbicas.

Daí a sugestão, motivada pela pesquisa que realizamos e citada em outro momento deste artigo, em prover a escola (ou outras instituições voltadas à educação informal ou não formal) de projetos educomunicativos orientados segundo perspectiva dialógica e interativa. Tal inflexão entende os *media* e suas tecnologias como dispositivos que devem ser pensados e operados segundo alinhamento analítico-crítico. Em momento no qual as *fake news* ganham intensidade, celeridade e profundidade; as máquinas de produzir ódio se afirmam como adversárias da tolerância e do esclarecimento; as redes e plataformas digitais agem enquanto força publicitária à captura de atenção – ou, se quisermos de monetização –; os dados se transformaram em novo poder colonizador (COULDRY e MEJIAS, 2019), ganha relevância o papel da educação emancipadora. Afinal, além da possível regulamentação das ditas redes e plataformas (trabalho hercúleo e de duvidoso sucesso), do controle do descontrole midiático (questão sem luz no fundo do túnel), da criação de limites para o *modus operandi* da indústria de dispositivos (algo incontornável à luz do presente estágio do capital), apenas a capacidade de discernir pode criar alguma vacina contra a notícia maliciosa, o engodo, a negação da ciência, da pesquisa, enfim, da vida inteligente. E, até

segunda ordem, o *locus* que parece apropriado para se elaborar o conhecimento crítico e transformador é a educação cidadã.

Referências

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. In: *Obras escolhidas*. Vol. 1. *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006

CITELLI, Adilson (Org.). *Comunicação e educação. Os desafios da aceleração social do tempo*. São Paulo: Paulinas, 2017

COULDRY, Nick and MEJIAS, Ulises A. *How data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*. Redwood City: Stanford University Press, 2019

DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. *A rosa do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

MAINGUENEAU, Dominique. *Analyser les textes de la communication*. Paris: Dunod, 1998

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018

PIKETTY, Thomas. *Capital e ideologia*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020